

## AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

**AVISO Nº ALT20-66-2019-55**

**Prioridade Investimento 10.1 - Estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação**

**Projetos-piloto de inovação no ensino e projetos científicos nas escolas**

**DOMINIO DO CAPITAL HUMANO**

# ALENTEJO

# 2020

PROGRAMA OPERACIONAL  
REGIONAL DO ALENTEJO

**Histórico de Versões**

Versão	Data	Descrição	Destinatários
<b>V.1.0</b>	19-09-2019	Abertura do Aviso	Internos e externos
<b>V.1.1</b>	23-09-2019	1ª Alteração ao Aviso	Internos e externos
<b>V.1.2</b>	06-11-2019	2ª Alteração ao Aviso	Internos e externos
<b>V.1.3</b>	30-01-2020	3ª Alteração ao Aviso	Internos e externos

**Sumário de alterações**

Versão	Registo de alterações
<b>V.1.1</b>	Retificação do Ponto referente à Área Geográfica
<b>V.1.2</b>	Alterada a alínea d) do Ponto “Apresentação das Candidaturas”. A data limite para apresentação de candidaturas foi prorrogada para 29 de novembro de 2019.
<b>V.1.3</b>	Alterada a alínea d) do Ponto “Apresentação das Candidaturas”. A data limite para apresentação de candidaturas foi prorrogada para 30 de janeiro de 2020.

Programa Operacional Regional do Alentejo		
<b>Eixo Prioritário</b>	<b>2</b>	<b>Ensino e Qualificação do Capital Humano</b>
<b>Prioridade de Investimento</b>	<b>10.i</b>	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem, formais e não formais para a reintegração no ensino e formação
<b>Objetivo Específico</b>	<b>10.1.1</b>	Promover a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação
<b>Indicador de Realização</b>	Medidas de cada operação implementadas (%)	
<b>Indicadores de Resultado</b>	Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangido (2º ciclo do ensino básico (%))	
<b>Tipologia de Intervenção</b>	<b>66</b>	Redução do Abandono Escolar
<b>Tipologia de Operação</b>	Projetos-piloto de inovação no ensino e projetos científicos nas escolas, nos termos da alínea g) do n.º 1, do artigo 30.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, denominada – Intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa – especificada na alínea i) do nº 8 do referido artigo – Desenvolvimento de projetos de inovação educativa e ou formativa, designadamente os que visem a igualdade de oportunidades e a criatividade.	
<b>Fundo Estrutural</b>	Fundo Social Europeu	
<b>Período de Candidaturas</b>	<b>Data de abertura</b>	19 de setembro de 2019
	<b>Data de termo</b>	15 de novembro de 2019, até às 18H:00 Prorrogado para 29 de novembro de 2019, até às 18H:00 <b>Prorrogado para 30 de janeiro de 2020, até às 18H:00</b>

## **Aviso para apresentação de Candidaturas**

### **AVISO Nº ALT20-66-2019-55**

#### **Projetos-piloto de inovação no ensino e projetos científicos nas escolas**

Nos termos do Regulamento Específico no Domínio do Capital Humano (adiante designado por RECH), publicado pela Portaria nº.60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, que a republica, n.º 311/2016, de 12 de dezembro e n.º 2/2018, de 2 de janeiro, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 ([www.Portugal2020.pt](http://www.Portugal2020.pt)).

O presente Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC), , foi elaborado nos termos do previsto nos n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, em conjugação com o artigo 5.º do citado RECH, e pelas condicionantes previstas na Prioridade de Investimento 10.1 do Eixo 2 do Programa Operacional da Região Alentejo (POR Alentejo).

- **Objeto, objetivos e prioridades visadas**

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano do POR Alentejo, destinadas a intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono escolar, que tem por objetivo promover a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação.

No âmbito do presente Aviso de Apresentação de Candidaturas (AAC) serão financiados Projetos-piloto de inovação no ensino e projetos científicos nas escolas, podendo os mesmos ser complementares aos planos de ação estratégica das escolas aprovados pela estrutura de missão para a promoção do sucesso escolar, no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso

Escolar (PNPSE), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril, ou com as intervenções financiadas no âmbito de escolas inseridas no Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). Os planos e projetos candidatados devem ainda articular os seus objetivos e contribuir para a execução da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

([https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Aprendizagens\\_Essenciais/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf)) e da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual» (Resolução de Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio). Nas comunidades educativas que o justifiquem, os planos e projetos devem ainda ser articulados e contribuir para a execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (Resolução de Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 28 de novembro).”

- **Natureza dos beneficiários**

Face à tipologia de beneficiários prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 31.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, o presente AAC destina-se especificamente a candidaturas lideradas por Escolas ou Agrupamentos de escolas.

Nos termos previstos no artigo 7.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, 17 de janeiro e n.º 175/2018, de 19 de junho, podem as entidades beneficiárias supracitadas apresentar uma candidatura em parceria com outras entidades, designadamente Agrupamento de Escolas, devidamente formalizada mediante um instrumento de parceria, doravante designado “Acordo entre Parceiros”, as quais assumem obrigatoriamente a qualidade de entidades coordenadoras de parceria, quando a operação se realize em regime de parceria.

O POR Alentejo disponibiliza em Anexo I ao presente AAC um modelo de “Acordo entre Parceiros”. Este documento encontra-se disponível para download, devendo as entidades preenchê-lo e remetê-lo obrigatoriamente em anexo (*up load*) à candidatura, conforme referido no Ponto 13.

- **Destinatários**

São destinatários do presente aviso os alunos do 2º ciclo do ensino básico.

- **Tipologia das operações**

O presente aviso de convite diz respeito à Tipologia de Operação Projetos-piloto de inovação no ensino e projetos científicos nas escolas, nos termos da alínea g) do n.º 1, do artigo 30.º do RECH, denominada – Intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa – especificada na alínea i) do n.º 8 do referido artigo – Desenvolvimento de projetos de inovação educativa e ou formativa, designadamente os que visem a igualdade de oportunidades e a criatividade.

O programa do XXI Governo propôs-se “consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico”, como um dos instrumentos através dos quais se concretiza o objetivo de combater o insucesso e o abandono precoce da educação e formação, desígnio fundamental para a promoção do crescimento económico e da igualdade de oportunidades.

Tal como os relatórios anuais do Plano Nacional de Reformas não deixaram de reportar, o desenvolvimento desta medida foi objeto de um trabalho prévio de diagnóstico e prospeção, por parte de um grupo de trabalho composto por vários serviços do Ministério da Educação, incluindo uma revisão da bibliografia nacional e internacional, auscultação a peritos e entidades da sociedade civil, aplicação de um questionário às escolas públicas e visitas de estudo a escolas nas diferentes regiões. Este trabalho teve como objetivo fazer um balanço da atual experiência, em curso, no 1.º ciclo, como forma de proposta para a criação de um modelo progressivo de alargamento ao 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Do conhecimento recolhido e sistematizado por este grupo de trabalho, será importante destacar os seguintes elementos:

- As altas taxas de participação no programa “Escola a Tempo Inteiro no 1.º ciclo” e os efeitos tendencialmente positivos nos percursos escolares dos alunos;
- A existência já de um conjunto de atividades para jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico tanto nas escolas públicas portuguesas como nas comunidades locais, que podem ser a base de uma educação a tempo inteiro, nestes ciclos de ensino;
- O crescimento acelerado, em termos nacionais e internacionais, das atividades educativas complementares e facultativas, nos vários ciclos de ensino, tanto de âmbito público como privado, variando os modelos de forma significativa entre países;
- A diversidade dos contextos locais (e do seu grau de saturação), tanto ao nível da capacidade dos equipamentos e estruturas para a implementação de um alargamento ao 2.º e 3.º ciclos como da própria necessidade sentida pelas comunidades;
- As crescentes preocupações a nível internacional com a equidade e regulamentação, no sentido de que a expansão destas atividades, quando pouco reguladas e dependendo de

financiamento privado, tem constituído um desafio ao princípio da igualdade de oportunidades;

- As vantagens da afirmação de um programa agregador, não focando apenas o domínio “escolar” e o “período letivo”, mas capaz de envolver e mobilizar outras entidades da comunidade local com valências educativas, bem como os períodos de “pausa letiva”.

Acresce que a publicação recente, por um lado, de um novo regime jurídico da educação inclusiva e de um novo modelo curricular para o ensino básico e secundário, ambos em 2018, e, por outro lado, de um diploma de transferência de competências para as autarquias no sector educativo, já em 2019, permitiram criar um enquadramento mais claro e sustentado para o desenvolvimento deste programa.

Neste sentido, considerou-se importante avançar em 2019 para uma experiência-piloto nalgumas escolas, que nos permita observar as mais-valias e também eventuais desafios de um modelo de educação a tempo inteiro, no 2º ciclo do ensino básico. Esta experiência-piloto foi recentemente incorporada no “3 em linha: Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar 2018-2019”, dada a reconhecida importância desta medida para “uma efetiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e para uma cidadania plena”.

Num quadro de autonomia reforçada das escolas e de transferência de competências para as autarquias, considerou-se igualmente que este programa deveria definir apenas os objetivos, princípios e recursos de base para que esta experiência produza os efeitos desejados, permitindo a flexibilidade necessária para que os agentes locais possam ajustá-lo às suas distintas realidades e projetos de desenvolvimento.

O programa pretende criar, implementar e monitorizar um modelo de educação a tempo inteiro para o 2.º ciclo do ensino básico, que contribua para os seguintes objetivos estratégicos:

- Promover o desenvolvimento integral das crianças e jovens, com enfoque nas competências previstas no Perfil do Aluno (sucesso escolar);
- Apoiar as famílias e o tecido económico e social, nomeadamente na conciliação entre vida familiar, pessoal e profissional;
- Estimular e respeitar os interesses, talentos e ideias das crianças e jovens, disseminando valores e práticas de cidadania;
- Assegurar a inclusão e promover a equidade e coesão social, no acesso a experiências formativas enriquecedoras e diversificadas;
- Desenvolver hábitos e comportamentos saudáveis, combatendo o sedentarismo e promovendo uma vida longa e de qualidade;

- Valorizar as comunidades locais, as culturas em co-presença e os vínculos entre educação formal, não formal e informal.
- Possibilidade de inovar na prática educativa em articulação com os domínios a trabalhar na componente de Cidadania e Desenvolvimento, no âmbito da implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Em 2019/2021, a implementação e monitorização terão lugar em pequena escala, permitindo uma análise fina acerca dos custos e benefícios desta medida, com medida ao seu aperfeiçoamento e generalização subsequentes.

Os projetos a nível local devem ser assentes numa parceria de entidades, coordenada por um agrupamento de escolas ou por uma autarquia. Além destas entidades, poderão fazer parte desta parceria entidades públicas ou da sociedade civil, dentro de um quadro de cooperação a regulamentar em protocolo.

- **Dotação indicativa do fundo a conceder**

A dotação do FSE a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do presente AAC é de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros).

- **Taxa de financiamento das despesas elegíveis**

Conforme estabelecido no artigo 3.º do RECH, na sua atual redação, a taxa de cofinanciamento é de 85% de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução das receitas, correspondendo os restantes 15% à contribuição pública nacional, a qual será assegurada pelas entidades beneficiárias quando se enquadrem no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

- **Área geográfica**

O presente AAC tem aplicação na NUTS II Alentejo.

- **Forma de apoio**

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável.



No âmbito do presente aviso de abertura de concurso aplica-se a modalidade de financiamento de custos reais previstas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Portaria 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

O Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 de 18 de julho de 2018 (Omnibus) que entrou em vigor a 2 de agosto, aditou um novo número 2-A ao artigo 67.º do Regulamento (UE) 1303/2013 de 17 de dezembro. Esta nova norma determina a obrigatoriedade de aplicação de um regime de Opção de Custos Simplificados em todas as operações que recebem apoio do FEDER e FSE cujo apoio público não exceda os 100.000€, com exceção das operações abrangidas por um regime de auxílio estatal que não constitua um auxílio de minimis e daquelas que sejam exclusivamente executadas através da contratação pública de obras, bens ou serviços.

Não obstante, ao abrigo da disposição transitória do artigo 152.º/7 do Omnibus, a Autoridade de Gestão procedeu à derrogação da aplicação no tempo da referida nova norma, até 2 de agosto de 2019.

Neste contexto, os montantes elegíveis aos apoios a conceder no âmbito deste AAC obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, que adota o Regulamento que estabelece as normas comuns aplicáveis ao FSE.

De acordo com o estipulado no n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, ambos os diplomas na sua atual redação, as operações de reduzida dimensão, cujo financiamento público não exceda os 50.000€, são obrigatoriamente apoiadas em regimes de custos simplificados, na modalidade de montante fixo, com recurso a um orçamento prévio, dispensando a apresentação de documentos comprovativos de despesa.

Os custos elegíveis no âmbito das operações de reduzida dimensão são calculadas com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão, para este efeito, o montante total inscrito, resultante do somatório dos valores propostos por rubrica de despesa, no formulário de candidatura, sendo o financiamento da operação dependente da concretização dos objetivos contratualizados.

- **Critérios de elegibilidade dos beneficiários**

Nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) Estarem legalmente constituídos;

- ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEL;
- vi) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

O cumprimento das condições específicas supra referidas é apurado pela Autoridade de Gestão, tendo em conta a informação constante da candidatura à data da sua submissão.

O incumprimento de qualquer das condições acima identificadas implica a tomada de decisão de não admissão da candidatura por parte da Autoridade de Gestão.

- **Critérios de elegibilidade das Operações**

As operações a financiar devem assegurar o cumprimento do seguinte critério de elegibilidade:

- Ser objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e que incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados.

- **Regras e limites à elegibilidade de despesas**

As despesas a imputar à operação deverão seguir as regras e valores previstos nos artigos 12.º a 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, conjugadas com do artigo 33.º da Portaria n.º 60-C/2015, ambas na sua atual redação, a saber:

- a) Encargos com salários dos docentes e técnicos afetos aos projetos;

- b) Encargos com a aquisição de serviços especializados, incluindo serviços de assessoria, acompanhamento e monitorização das ações;
- c) Encargos com a produção de conteúdos técnicos especializados;
- d) Encargos com a produção de referenciais de formação;
- e) Encargos com a produção de ferramentas e conteúdos digitais;
- f) Encargos com a realização de encontros, seminários e workshops;
- g) Encargos com a realização de estudos e diagnósticos;
- h) Encargos com a realização de visitas de estudo e deslocações;
- i) Encargos com a produção de materiais informativos e de divulgação.

A elegibilidade das despesas com a aquisição de bens e equipamentos referidas nas alíneas g) e i) precedentes tem por limite 15% do custo total da operação.

Os valores relativos a eventuais receitas, serão deduzidas ao subsídio concedido, nos termos conjugados das alíneas f) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e j) do artigo 2.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, ambos na sua atual redação.

O valor dos apoios concedidos pode ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional.

**Não são elegíveis** as despesas previstas no artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, salvo no que concerne ao disposto na sua alínea k), relativa à aquisição de bens passíveis de amortização, aplicando-se neste caso o n.º 4 do artigo 16.º da citada Portaria que admite a aquisição de equipamentos no âmbito das tipologias de operação nas áreas da qualidade, inovação e inclusão do sistema de educação e formação.

Deve ainda ser observado o seguinte:

- As operações não podem ser selecionadas, para apoio dos FEEI, quando tenham sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de financiamento ao abrigo do programa, pelo beneficiário, à autoridade de gestão, independentemente de todos os pagamentos correspondentes terem sido efetuados pelo beneficiário (artigo 65º do Regulamento (UE) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro);
- Para além da avaliação que, em cada caso, a Autoridade e Gestão venha a efetuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas componentes das operações, na apreciação dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados;

- **Duração máxima das operações a apoiar**

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso podem ter a duração máxima de 24 meses.

- **Apresentação das candidaturas**

a) A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 ([www.portugal2020.pt/Balcao2020](http://www.portugal2020.pt/Balcao2020)), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, na sua atual redação, e nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao AAC a que pretende concorrer. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020;

b) Os documentos exigidos devem ser submetidos como anexo ao formulário de candidatura, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade/admissibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais;

c) Em conformidade com o artigo 7.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, e n.º 2 do artigo 31.º da Portaria nº 60-C/2015, de 2 de março, ambas na sua atual redação, as candidaturas são apresentadas a título individual ou em parceria. As candidaturas desenvolvidas em parceria consistem no envolvimento concertado de diversas entidades na concretização de um projeto, as quais se assumem como parceiras na prossecução desse objetivo comum, tendo em vista a consolidação de sinergias no desenvolvimento das respetivas ações que integram a operação cofinanciada. As candidaturas apresentadas em parceria devem estar suportadas num instrumento de formalização da parceria. Para o efeito o PO disponibiliza um modelo de Acordo entre Parceiros, que deverá ser preenchido e assinado pelas partes e anexado em upload à candidatura.

d) Ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia 19 de setembro de 2019 e as 18 horas do dia 30 de janeiro de 2020.

- **Procedimentos de análise e decisão das candidaturas**

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) Análise de admissibilidade através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, determinados pela autoridade de gestão, em conformidade com o estipulado no presente AAC;
- ii) Avaliação do mérito da operação, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Alentejo 2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes dos anexos II e III respetivamente. No caso dos (sub)critérios com ausência de histórico, a pontuação desse critério será distribuída pelos restantes;
- iii) Decisão sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

Serão privilegiados em sede de seleção as operações que estejam suportadas em protocolos (ou outro instrumento) com agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, visando assegurar o seu adequado envolvimento nos mesmos, podendo as escolas ser parceiras no âmbito do projeto, mas só para ações que não estejam contempladas nos planos estratégicos de promoção do sucesso educativo e que serão apoiadas pelo POCH ou, no caso de estarem inseridas em TEIP, para ações não contempladas nesse âmbito e que são também apoiadas pelo POR Alentejo.

A apreciação e decisão das candidaturas compete à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou à emissão de pareceres técnicos especializados.

O prazo de decisão, de 45 dias úteis, suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, pode determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável da candidatura.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

Os projetos não apoiados que, em resultado deste processo de reapreciação venham a obter um MO que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projetos selecionados, serão considerados selecionados e apoiados no âmbito do presente concurso.

A decisão é notificada pela AG o beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

- **Critérios de seleção de candidaturas**

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização das candidaturas é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula e para cada tipologia de operações previstas no nº. 2 do presente AAC:

$$\text{MO} = 0,20 \text{ A}1 + 0,20 \text{ A}2 + 0,20 \text{ B} + 0,15 \text{ C} + 0,20 \text{ D} + 0,05 \text{ E}$$

em que:

**A** = Eficácia e impacto em resultados;

**B** = Eficiência, qualidade e inovação;

**C** = Complementaridade e sinergias;

**D** = Abrangência, transversalidade e enquadramento estratégico;

**E** = Igualdade de oportunidades e de género.

Conjuntamente com o presente AAC é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito da Operação (Anexo II).

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

A análise será determinada pela ponderação de cada critério numa escala de avaliação de 1 a 5, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 4 uma valoração elevada, 3 uma valoração média, 2 uma valoração reduzida e 1 uma valoração muito reduzida.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização as operações que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00.

Para efeitos de desempate entre candidaturas será considerada ainda a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção ou de gestão e em funções de chefia na entidade candidata, bem como a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções na mesma entidade, sempre que, por limitações de dotação financeira disponível, não seja possível aprovar a totalidade das operações que reúnam a pontuação mínima considerada necessária no âmbito do concurso.

- **Aceitação da decisão**

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a assinatura do termo de aceitação a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela AG.

- **Regime de financiamento**

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos referidos no n.º 5 do artigo 7.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, nos casos de operações em parceria, compete à entidade coordenadora assegurar a transferência dos montantes atribuídos pela autoridade de gestão, no âmbito da parceria e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para o ano letivo, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
- d) Comunicação do início da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de reprogramação considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil, pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão sobre os pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.



O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como dos resultados contratualizados.

Nas operações de reduzida dimensão, a entidade beneficiária tem direito a um único adiantamento, no valor de 40% do montante total do financiamento público, ao abrigo da Deliberação n.º 3/2019 da CIC do Portugal 2020. Assim, no desenvolvimento desta modalidade, não há lugar à apresentação dos pedidos de reembolso durante a execução da operação, dado que os pagamentos apenas podem ser efetuados em função da verificação do cumprimento integral dos resultados contratualizados, após a conclusão física da operação. O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da candidatura.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

- **Redução ou revogação**

O incumprimento das obrigações do beneficiário, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, nos termos do artigo 43.º do RE CH.

- **Identificação e contratualização dos indicadores de resultados e realização a alcançar**

**19.1** - Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 26.º do RECH, conjugado com o n.º 10 do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário tem de apresentar na sua candidatura os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

**19.2** - A realização e os resultados mínimos a contratualizar, com referência aos indicadores e às metas definidos para o PO, são os descritos no quadro seguinte:

TIPO DE INDICADOR	Indicadores	Unidade de Medida	Meta Global no final do tempo a que reporta a candidatura
<b>REALIZAÇÃO</b>	Medidas de cada operação implementadas	%	$\geq 80\%$
<b>RESULTADO</b>	Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangido (2º ciclo do ensino básico) <sup>(1)</sup>	%	[10%-30%] <sup>(2)</sup>

(1) Os resultados dos alunos de partida serão disponibilizados pelo Ministério da Educação. O cálculo será efetuado tendo em conta a média dos resultados obtidos por cada agrupamento/Município/CIM no conjunto dos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017.

(2) Os resultados dos alunos a ter em conta serão disponibilizados pelo Ministério da Educação. O cálculo será efetuado tendo em conta a média dos resultados obtidos por cada agrupamento/Município/CIM no conjunto dos anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021

**19.3** - O grau de concretização dos indicadores contratualizados será tido em consideração quer para efeitos de apuramento do valor a pagar em sede de Saldo Final e de encerramento da operação, quer para a eventual constituição de uma reserva de eficiência e desempenho, quer ainda para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, de que se destaca:

- i) Nas situações em que se verifique a superação dos resultados contratualizados, é constituída uma reserva de eficiência e desempenho equivalente a um ponto percentual (p.p.) do valor total elegível da operação por cada ponto percentual de superação, até ao limite de 10%, para compensar eventuais desvios negativos em futuras operações ou para reforço de financiamento, dentro da dotação disponível e nos termos a definir por deliberação da CIC Portugal 2020;
- ii) Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos indicadores de realização e de resultado contratualizados, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de redução de 10% face a essa despesa;
- iii) A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando as realizações e os resultados alcançados atinjam 85% do que for contratualizado, ou 75% quando se trate de operações que decorram em territórios de baixa densidade;
- iv) Se o nível de execução for inferior a 25% da média dos resultados contratualizados, ou 30% em territórios de baixa densidade, face à média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação, nos termos do n.º 9, do artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

**19.4** - A operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão, com adequada fundamentação e quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de decisão de aprovação, incontornáveis e não imputáveis ao beneficiário, desde que a operação continue a garantir as condições de seleção do respetivo concurso, nas seguintes situações:

- i) se o plano não for implementado nos termos contratualizados;
- ii) se o nível de concretização do indicador de resultado contratualizado for inferior a 30%, ou 25% em territórios de baixa densidade, só podendo ser revogada em sede de encerramento da operação.

Estas disposições não são aplicáveis a operações de reduzida dimensão.

- **Documentação adicional**

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- a) Na linha designada “Documentos necessários para a verificação do cumprimento das condições específicas de admissibilidade e aceitabilidade da operação”, anexar, quando aplicável, o Instrumento de formalização da parceria (Acordo entre Parceiros);
- b) Na linha designada “Documentos de natureza económico-financeira” anexar, quando aplicável, lista dos contratos afetos à operação, com discriminação das datas de realização, natureza dos bens/serviços e montantes contratualizados, atendendo ao enquadramento da entidade beneficiária enquanto entidade adjudicante, nos termos do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de validação de todos os que se verifiquem acima dos limiares comunitários.
- c) Na linha designada “Outros documento” anexar, quando aplicável, outros documentos que a entidade candidata considere úteis para a candidatura;
- d) Na linha designada “documentos necessários para o apuramento do mérito da operação”, deverá a entidade fornecer, em upload, os elementos necessários para fundamentar a resposta aos critérios de seleção, bem como protocolo(s) com escolas ou agrupamento(s) de escolas, tendo em vista assegurar o seu envolvimento na implementação dos planos em causa, sempre que existam.

A documentação adicional requerida deverá seguir, sempre que aplicável, os modelos disponíveis para o efeito nas Orientações/Ajuda à submissão de candidaturas.

- **Documentação de referência**

**Legislação:**

- a) Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 outubro, na sua atual redação;
- c) Portaria n.º 60-A/2015, de 2 março, na sua atual redação
- d) Portaria n.º 60-C/2015, de 2 março, na sua atual redação;
- e) Regulamentos (EU) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho e de 17 dezembro.

**Outra documentação relevante:**

- Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).

- **Divulgação de resultados e pontos de contacto**

No portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), têm acesso:

- (1) As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- (2) Aviso de Concurso e documentação anexa;
- (3) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso, através do menu “Contacte-nos”;
- (4) A ponto de contacto para obter informações adicionais ([www.alentejo.portugal2020.pt](http://www.alentejo.portugal2020.pt));
- (5) Manual de normas gráficas.

Évora, 28 de junho de 2019

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

**Anexos ao presente AAC:**

Anexo I – Modelo de Acordo de Parceria

Anexo II – Referencial de Análise de Mérito das Operações

Anexo III – Grelha de avaliação